



RESP.TÉCNICO - ATUALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Diego Expedito Martins de Oliveira - CREA 8154 D/RO

Jayne Carlos Piovesan - CREA 8125 D/RO

Josiane Beatriz Faustino - CREA 47100 D/MG

TABELAS REFERÊNCIAS

SINAPI: RO 02/2025 (não desonerado)

SBC: PVH 02/2025

DADOS CADASTRAIS

OBJETO: Conclusão da Obra Inacabada Anexo ao Centro Político Administrativo

ENDEREÇO: Av. Farquar, s/n.º, Palácio Rio Madeira, Bairro Pedrinhas, CEP: 76.801-470

DATA BASE: fev/25

BDI GERAL: 22,88%

BDI DIFERENCIADO: 15,28%

COMPOSIÇÃO DE BDI PARA EDIFICAÇÕES

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:							50,00%	
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):							5,00%	
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO (R\$):								
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
						1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ -	4,00%		OK	3%	4%	5,50%
2	SG - SEGUROS e GARANTIA	R\$ -	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1,00%
3	R - RISCOS	R\$ -	1,27%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ -	1,23%		OK	0,59%	1,23%	1,39%
5	L - LUCRO BRUTO	R\$ -	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%
6	I - IMPOSTOS	R\$ -	6,15%		$BDI = \left[\frac{((1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L))}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$			
6.1	PIS		0,65%					
6.2	COFINS		3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		2,50%					
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		0,00%					
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ -		Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário				
PREÇO DE VENDA (R\$)		R\$ -		Sem CPRB				
BDI (%)			22,88%	OK		20,34%	22,12%	25,00%

Onde:

AC: taxa de administração central;

SG: taxa de garantias e taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 50%, com a respectiva alíquota fixa de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

BDI seguindo os mesmos percentuais da planilha inicial licitada, apenas com atualização do ISS, conforme legislação municipal. Não incidência do CPRB devido ao uso dos preços não desonerados.

A * EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO EM PORTO VELHO/RO

ISSQN INFORMADO PELA LEI DE CADA MUNICÍPIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE PORTO VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 369, DE 22/12/2009

"Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), disciplina as relações tributárias fisco-contribuinte, substitui e revoga o Título V, da Lei Complementar nº 199, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências."

LEI COMPLEMENTAR Nº 400, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

"ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 369, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Decreto Nº 12462 DE 09/12/2011

Regulamenta a Lei Complementar nº 369, de 22 de dezembro de 2009, que trata do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 515, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA E ACRESCEMENTAM DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 369, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN), DISCIPLINA AS RELAÇÕES TRIBUTÁRIAS FISCO- CONTRIBUINTE, SUBSTITUI E REVOGA O TÍTULO V, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.04 – Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

Nova Redação dada pela LC nº. 676, de 29 de setembro de 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 878 DE 17/12/2021

Publicado no DOM - Porto Velho em 24 dez 2021

Art. 252. Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, a § 1º Sobre o preço do serviço de que trata o caput deste artigo, será permitida a dedução do valor I - no percentual fixo de 50% (cinquenta por cento) da base de cálculo, a título de desconto simplificado; ou II - em percentual superior ao previsto no inciso I deste parágrafo, quando requerido previamente pelo

Art. 273. As alíquotas aplicáveis às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP),

De acordo com o acima exposto adotando-se a dedução de 50% (...) teremos a alíquota de 5% (...) incidindo nos 50% (...) finais, ou seja, teremos uma taxa de 50% * 5% = 2,5% sobre o valor total contratado, desta forma devendo ser apropriado no BDI para Porto Velho o ISSQN com uma taxa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por centos).

- B

Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- C

Tributação

Mesmo depois do contrato recomenda-se que a Administração observe se a contrata obteve alguma vantagem na tributação do ISSQN.
Em virtude da forma de recolhimento da contratada.
- D

Acórdão 1.551/2008- Plenário c/c Acórdão 1804/2012-Plenário.

A desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima de limites considerados adequados pelo TCU só deve ocorrer quando o preço global ofertado também se revela excessiva, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por subavaliação de custos de serviços e produtos. [TC-007.626/2012-6, rel. Min Marcos Berquerer Costa, 11.7.2012]
- F

LEI Nº 14.784, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Prorrogação ate 31 de dezembro de 2027.

Lei de Desoneração da Folha de Pagamento

Monitorar a Medida Provisória 1202/23 com vigência a partir de abril de 2024 em avaliação pelo Congresso.
- 2/2